



GT 14. Antropologia dos Povos Tradicionais Costeiros: Práticas Sociais, Territórios e Conflitos

Coordenador(es):

José Colaço Dias Neto (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Francisca de Souza Miller (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Sessão 1 - Gênero, Comunidades e Conflitos

Debatedor/a: Luceni Hellebrandt (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Conflitos, Processos e Resistências

Debatedor/a: Edna Ferreira Alencar (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Grupos sociais que vivem do extrativismo e da agricultura, entre outras activities – tais como pescadores artesanais e ribeirinhos em geral – foram ou são habitantes de regiões costeiras e historicamente têm sido impactados por diversos fenômenos. A expansão metropolitana, os desastres ambientais de grandes proporções, o turismo em pequena e larga escala, as formas de controle oficial em áreas de interesse ecológico, são alguns processos que vem reconfigurando o uso e a ocupação de territórios costeiros e ribeirinhos no Brasil. Este Grupo de Trabalho pretende reunir pesquisas empíricas em andamento e tem como um de seus objetivos o cruzamento de diversos olhares sobre estes fenômenos, em especial àqueles de caráter etnográfico, que evidenciem conflitos e tensões entre as populações “tradicionais” e os vários modelos de uso e ocupação destes territórios costeiros e ribeirinhos. Reflexões sobre o manejo de ecossistemas, as formas de organização política destas populações, suas estruturas econômicas, bem como os conflitos suscitados por diferentes processos e agentes sociais – sobretudo agências estatais, organizações não governamentais e empresas – são alguns dos aspectos que serão discutidos nesta activity.

?Expulsão por cansaço? na Jureia: um estudo sobre a coprodução de conhecimentos entre pesquisadores(as) acadêmicos(as) e caiçaras no âmbito dos conflitos socioecológicos do litoral sul de São Paulo (SP)

Autoria: Rodrigo Ribeiro de Castro (Unicamp), Adriana de Souza de Lima (UMJ) Carmen Andriolli (UFRRJ) Dauro Marcos do Prado (UMJ) Helena França (UFABC) Natalia Gea (UFABC)

O ?meio ambiente? chega à região da Jureia, localizada no litoral sul do estado de São Paulo (SP), no ano de 1986. Desde então, um processo de produção legislativa, pautado pelo preservacionismo ambiental, provocou a implementação de normas jurídicas e políticas ambientais à revelia da presença de comunidades caiçaras que ocupavam seus territórios tradicionais há séculos. A criação de uma Estação Ecológica de proteção integral levaria a uma ?expulsão por cansaço? que, ao longo de 30 anos, devido à proibição de atividades agrícolas, de pesca e permanência, esvaziou comunidades inteiras. Contudo, a Associação dos Jovens da Jureia (AJJ) e a União dos Moradores da Jureia (UMJ) se organizaram para ?lutar?, tanto no âmbito de suas comunidades como dos órgãos gestores de Unidades de Conservação, a favor da legitimidade e legalidade da permanência no território onde ?nasceram e foram criados?. Essa organização envolve projetos de colaboração científica com pesquisadores(as) acadêmicos(as) de diversas áreas, entre antropólogos(as), biólogos(as), ecólogos(as) e juristas, coordenados pelas associações mencionadas, os quais pretendemos apresentar. O work proposto focaliza a coprodução de conhecimentos enquanto método de construção de uma linguagem político-científica capaz de contestar os pressupostos da legislação ambiental restritiva nos



termos oficiais do Estado, bem como possibilita que essa linguagem esteja ancorada em narrativas e denúncias locais. As ?parcerias? entre as associações mencionadas e grupos acadêmicos possibilitaram a formação de jovens caiçaras para interpretação de fotografias aéreas e utilização de softwares de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), demonstrando que grandes áreas consideradas oficialmente como florestas secundárias não haviam sido manejadas pelo sistema de agricultura itinerante caiçara nas últimas seis décadas. Também mostrou a capacidade de regeneração da floresta Atlântica após o abandono das roças. Além disso, mapas de fluxos populacionais, elaborados a partir de relatos locais e computados com recursos de geoprocessamento, apontaram como ocorreram os padrões deslocaçoes de moradores da Jureia. Nenhum desses resultados seria possível sem o conhecimento tradicional caiçara. Desse modo, o grupo de pesquisadores(as) acadêmicos(as) e caiçaras busca apresentar, de forma conjunta, alguns problemas metodológicos e políticos envolvidos na coprodução de conhecimentos, bem como os efeitos no destino social e geográfico das comunidades quando relações político-científicas se desdobram nos conflitos socioecológicos da região.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: